



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 182 - Setembro 2012

NOSSA OPINIÃO

- [21 de setembro - Dia Internacional de luta contra as monoculturas de árvores](#)

MONOCULTURAS DE ÁRVORES - DESAFIOS, CONFLITOS E RESISTÊNCIA

- [A lavagem verde da Unilever com a RSPO](#)
- [Plantações para produção de energia: mais uma enorme ameaça a nosso planeta](#)
- [África do Sul: Até onde minha energia é verde?](#)
- [Libéria: Futuros incertos. Os impactos da Sime Darby sobre as comunidades](#)
- [Laos: Expansão de plantações de seringueira – mais conflitos com comunidades](#)
- [Indonésia: sociedade bayat constroi vida](#)
- [Brasil: A expansão acelerada do dendê na região amazônica](#)
- [Chile: denuncia de engenheiros florestais sobre as plantações da Forestal Anchile Ltda](#)
- [Uruguai: fundos de investimento denunciados por plantação ilegal de árvores em área protegida](#)
- [As plantações monocultoras de árvores no mercado financeiro](#)

POVOS EM AÇÃO

- [O Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores no mundo](#)
- [Tailândia: Salvemos o Mekong – Parem a usina de Xayaburi!](#)
- [Brasil: 30 pessoas intoxicadas por avião pulverizador de agrotóxicos para plantações de eucalipto](#)
- [Um filme de referência: Sementes de Liberdade](#)

NOSSA OPINIÃO

- 21 de setembro - Dia Internacional de luta contra as monoculturas de árvores

Chegamos mais uma vez ao mês de setembro, durante o qual fazemos, há vários anos, uma homenagem às mulheres e aos homens no mundo que lutam de diferentes formas contra as monoculturas de árvores, que querem defender seus territórios, suas florestas, para gerar vida, contrastando com a voracidade de grandes empresas e investidores que buscam essas mesmas terras para gerar lucros.

Esse dia não foi criado dentro de um escritório. Este dia surgiu num encontro que reuniu, em 2004, mulheres e homens que tiveram suas vidas diretamente afetadas pelas monoculturas de eucalipto no Brasil. Reunidos, sentiram a necessidade de criar um dia específico por ano, como mais uma ferramenta para fortalecer suas lutas de resistência e de retomada de territórios que tinham sido perdidos para o eucalipto. Desde 2004, e estimulado também por esse Dia, várias lutas de retomada de territórios e outros atos de resistência foram realizados nessa região do Brasil. O WRM resolveu tornar o Dia “internacional”, querendo com isso reforçar essas lutas em todo o mundo.

Quem conhece de perto a vida de comunidades afetadas pelas monoculturas de árvores de dendê, eucalipto, seringueira, acácia e pínus costuma entender facilmente o porquê dessas lutas de resistência. As empresas de monoculturas de árvores buscam se apropriar e controlar de todas as formas os territórios de populações, e também buscam controlar suas vidas, seus modos de vida, contribuindo muitas vezes para a desestruturação e a divisão de comunidades.

Esse avanço das plantações é um processo movido por transnacionais cada vez maiores num ritmo alucinante e aproveitando-se de “selos de certificação” que legitimam sua atuação. Um novo relatório lançado pelo WRM (1) mostra que nesses últimos 20 anos, a área de plantações no mundo quadriplicou, com o eucalipto e o dendê crescendo mais. Se não fosse a resistência das comunidades em muitos lugares e países, é provável que essa expansão fosse ainda maior.

Alertamos em especial para um novo vetor de expansão, que são as plantações de monoculturas de árvores em larga escala na América Latina, África e Ásia para gerar energia, principalmente para países na América do Norte, Europa e alguns na Ásia – os quais, em vez de reduzir e tornar mais eficiente seu consumo exorbitante de energia baseado em petróleo, gás e carvão mineral, buscam manter os níveis atuais de consumo e se abastecer com a chamada bioenergia que se baseia em matéria prima de plantações, e cada vez mais, de árvores.

Com palavras da moda como “renováveis”, “verdes” e outras mais, trata-se de uma tendência que nos remete aos tempos coloniais, de apropriação de vastos territórios de comunidades para garantir matérias primas para uma minoria da humanidade, concentrada em países do Norte. Trata-se de um ataque direto à soberania alimentar de populações inteiras, para saciar a “fome” de carros e usinas de geração de energia em países industrializados com alto consumo energético.

Neste boletim, obviamente abrimos espaço para falar de lutas contra as plantações no mundo, contra as plantações para energia, mas também contra plantações, digamos, tradicionais, como para celulose, por exemplo, que também não param de crescer. Afinal das contas, para as comunidades que vivem os impactos das plantações no dia-dia, pouco importa o uso que se faça dessas plantações. O que importa para elas é garantir e recuperar seus territórios, sendo o desejo que talvez elas mais compartilhem e que buscamos reforçar, em especial nesse Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas.

(1) “Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência”, <http://www.ejolt.org/wordpress/wp->

MONOCULTURAS DE ÁRVORES - DESAFIOS, CONFLITOS E RESISTÊNCIA

- A lavagem verde da Unilever com a RSPO

Escândalos relacionados a alimentos para bebês na África, destruição de florestas tropicais para fabricar barras de chocolate: há empresas, por exemplo, a Nestlé, que atraem escândalos como a luz atrai insetos. Por outro lado, existem as empresas-Teflon, como a revista norte-americana Newsweek chamou as multinacionais que fazem basicamente a mesma coisa que seus concorrentes, mas nas quais as críticas não grudam. A Unilever é o protótipo disso. A empresa é até elogiada por importantes organizações ambientais internacionais, como o WWF, por seu compromisso ambiental. Como isso pode acontecer, sendo a Unilever uma das maiores consumidoras de óleo de dendê do mundo?

Para começo de conversa, a Unilever tem contrato com empresas envolvidas em escândalos, como a multinacional do dendê Wilmar. A Wilmar tem um histórico de contínuas violações dos direitos humanos e extração ilegal de madeira, e é a maior negociante de óleo de dendê do mundo. Com a ajuda de forças policiais, a Wilmar destruiu a aldeia de Sungai Beruang, bem como povoados próximos que estavam situados dentro de plantações de dendê, para romper a resistência dos moradores à indústria do dendê [nota à imprensa da Robin Wood]. A Amigos da Terra documentou graves violações de direitos humanos por parte da Wilmar em Uganda [www.foei.org]. A Unilever é um dos maiores clientes dessa empresa e é conjuntamente responsável pelos crimes e violações de seu fornecedor.

Ao mesmo tempo, o enorme crescimento no setor de óleo de dendê foi um desastre para o clima do mundo. A conversão de florestas tropicais em plantações de dendê fez da Indonésia o terceiro maior emissor de um gás do efeito estufa, o dióxido de carbono. Isso não impede o diretor-presidente da Unilever, Paul Polmann, de louvar a si mesmo como protetor da atmosfera da Terra na Cúpula do Clima de Copenhague, em 2009.

Além disso, a empresa trabalha contra a bioenergia, mas não por motivos altruístas. Em vez da ameaça ao suprimento de alimentos ao mundo, é o acesso barato a matérias-primas que preocupa fabricantes de alimentos como a Unilever.

A estratégia de comunicação da Unilever, baseada em lavagem verde, baseia-se principalmente no esquema de certificação da Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável (RSPO, Roundtable of Sustainable Palm Oil). A empresa admite que a produção global de óleo de dendê causa graves problemas, mas também afirma que eles podem ser resolvidos com a ajuda da RSPO. Da perspectiva da ONG Robin Wood e seus parceiros na Indonésia, a RSPO é apenas uma ferramenta útil para a Unilever fazer lavagem verde naquilo que sempre fez para obter lucro. Os cinco pontos a seguir explicam por que:

A RSPO é predominantemente formada pela indústria

Um total de 581 empresas está diante de apenas 26 ONGs, e 11 das 16 vagas na direção da RSPO são reservadas para bancos e empresas de óleo de dendê. A RSPO é presidida pela Unilever e não por um membro neutro, o que dá à empresa um controle significativo sobre o esquema de certificação.

Crítérios frágeis

Em função dessas estruturas, os critérios são frágeis. Empresas de óleo de dendê que têm conflitos intensos com as populações locais recebem o selo da RSPO. Além disso, a RSPO possibilita que as florestas sejam convertidas em novas plantações e tolera o uso de agroquímicos extremamente tóxicos, como o Paraquat, o que não é de estranhar, já que o próprio fabricante do Paraquat (Syngenta) é um de seus membros.

Organismos de certificação dependentes

As empresas que se candidatam à certificação da RSPO pagam aos organismos de certificação. Essa relação comercial direta leva a uma corrida para ver quem faz menos: o órgão de certificação que ignorar o maior número de problemas em favor de seu cliente receberá contratos mais lucrativos. Um exemplo disso é o órgão de certificação TÜV, reconhecido pela RSPO. A ROBIN WOOD examinou as ações desse certificador em outubro de 2011, em um estudo feito em Sumatra, e encontrou deficiências alarmantes. [Declaração Statement Robin Wood zum TÜV Rheinland]. Importantes membros da RSPO foram informados sobre as falhas da TÜV na Indonésia, mas até agora, sem quaisquer consequências.

De detentoras de direitos a detentoras de interesses

Com sua prática, a RSPO transforma as populações locais com direitos à terra em pessoas com interesses legítimos (stakeholders). Na mesa redonda, essas populações são forçadas a negociar seus direitos com representantes do poderoso lobby do óleo de dendê. Isso sugere que seja possível encontrar um compromisso justo entre agressor e vítima. E, nesse cenário, as populações locais só têm a perder. Os direitos humanos não são negociáveis.

A superexploração continua – a RSPO promove a expansão

A mais importante contribuição de um selo de sustentabilidade para o óleo de dendê seria interromper a expansão dessa indústria. Essa é uma reivindicação clara de organizações ambientais e de direitos humanos da Indonésia, como Cappa, Walhi, Save Our Borneo ou Perkumpulan Hijau, juntamente com Robin Wood. No lado oposto, empresas que são membros da RSPO estão entre as impulsionadoras da expansão de novas plantações. Exemplos atuais podem ser encontrados na província indonésia de Papua Ocidental. Membros da RSPO, como Wilmar, Medco ou Rajawali, deram início a um imenso projeto com óleo de dendê, à custa da população local e do que resta das florestas tropicais [<https://awasmifee.potager.org>].

Conclusão: As ONGs e o público mais amplo não devem ser cegados pela estratégia de lavagem verde da Unilever. Grandes corporações como essa devem levar em conta que o negócio global de óleo de dendê causa expulsão de pessoas, derrubada de florestas e contaminação com pesticidas tóxicos, e que a RSPO é a principal ferramenta para que tudo isso seja submetido a lavagem verde.

Peter Gerhardt, peter.gerhardt@ovi.com, publicado por EJOLT (Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade), <http://www.ejolt.org/2012/09/unilever-and-how-to-greenwash-tropical-devastations/>

[Início](#)

- Plantações para produção de energia: mais uma enorme ameaça a nosso planeta

Os problemas que surgem dos impactos sociais e ambientais causados por plantações industriais de árvores para madeira e fabricação de celulose têm sido bem documentados nos últimos 20 anos. Agora, há amplas evidências de que os benefícios temporários gerados por projetos de plantações monocultoras, que na maioria vão para consumidores afluentes de seus produtos artificialmente baratos, donos de plantações empresariais e seus bancos, são superados em muito pelos custos de seus efeitos ambientais e sociais negativos, que são duradouros ou permanentes.

Não obstante, parece que esse conhecimento pouco fez para desencorajar mais investimentos em outras plantações industriais de árvores destrutivas. Em vez disso, tem havido uma corrida para expandir a área coberta por essas plantações, com o incentivo mal informado de organismos da ONU, como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e, é claro, o Banco Mundial. Um dos fatores que motivam essa tendência é a suposição, promovida pela UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática), de que as plantações são eficazes na redução de emissões de dióxido de carbono (CO₂), mesmo sendo apenas uma cultura temporária de madeira, que será cortada e, mais cedo ou mais tarde, convertida em mais emissões e CO₂ de forma contínua.

Essa despropositada noção tem sido justificada ainda mais pelo “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, que aprovou a metodologia de “Florestamento/Reflorestamento” como forma de as indústrias poluentes do norte continuarem emitindo gases do efeito estufa enquanto destroem a biodiversidade, os recursos hídricos e as economias locais de subsistência nas nações mais pobres do Sul. O que torna essa parte do MDL ainda mais absurda é que as plantações invasoras que estão sendo estabelecidas em pastagens de boa qualidade causam grave degradação ao meio ambiente e, na verdade, provocam a liberação de CO₂ e metano na atmosfera. Isso se dá em cima dos problemas criados por meio do desalojamento de pequenas comunidades agrícolas sustentáveis, consumo excessivo de água pelas árvores da plantação, além de perda de solo arável e danos permanentes à fertilidade da terra que causam.

Entretanto, a ganância e o raciocínio distorcido que foi usado para legitimar esse sistema também foram empregados para encontrar novas formas de estimular e perpetuar o consumo desperdiçador de energia nos chamados países desenvolvidos. Esta mais recente falsa solução para a mudança climática costuma ser apresentada de forma deturpada como “energia renovável” da biomassa, que pode tomar a forma de combustíveis líquidos como óleo de soja ou canola ou de etanol produzido a partir de cana de açúcar ou beterraba, conhecidos como “biocombustíveis”. Um aspecto preocupante dessa abordagem é que, ainda que pareça baseada em intenções nobres, busca manter altos níveis de uso de energia desperdiçadora ao simplesmente substituir os combustíveis fósseis por outros baseados em biomassa. Dessa forma, sob a máscara da maior fraude do século XXI, conhecida eufemisticamente como “energia verde”, essas plantações de energia dão aos países que já causaram o maior dano aos ecossistemas e ao clima do planeta uma licença para continuar pilhando os recursos das nações do Sul.

Os países africanos são particularmente vulneráveis a esse ataque, com a apropriação cada vez mais frequente de terras e recursos. Vastas áreas estão sendo direcionadas a plantações voltadas à produção de etanol, principalmente de cana-de-açúcar, enquanto estão sendo planejadas imensas plantações de madeira para a produção de cavacos a ser queimados em antigas usinas de energia movidas a carvão, na Europa e no Reino Unido. Apesar de novas descobertas de enormes depósitos fósseis de gás e petróleo na África que ajudem a alimentar o rolo compressor global de energia, é muito improvável que o controle ganancioso de antigas e novas forças coloniais em terra africana, minerais e água simplesmente desapareça.

A ameaça da burrice das plantações voltadas à energia na África do Sul

A maioria dos projetos de energia a partir de biomassa previstos ou cogitados na África do Sul é destinada a aumentar o consumo total de energia, em vez de reduzir a produção e o consumo de combustíveis fósseis. Há uma perspectiva desanimadora de um consumo ainda maior de combustíveis fósseis através do uso de gás de xisto obtido por fracionamento, para o qual o governo Sul-Africano emitiu uma série de licenças de exploração.

Os principais fatores de impulso aos planos de usar energia de biomassa derivada de grandes plantações de árvores ou culturas são a política governamental de mistura obrigatória de biocombustíveis e o desejo de várias indústrias poluentes de fazer lavagem verde em seu excessivo consumo de energia. Para isso, fazem pequenas mudanças simbólicas no mix de energia utilizado em suas fábricas, por exemplo, a adição de pequenas quantidades de resíduos de madeira ao carvão que queimam. Esses esforços patéticos também foram inspirados na idéia ridícula de que uma fábrica de celulose suja e poluente pode ganhar créditos de compensação de carbono no âmbito do MDL, fazendo duvidosas reduções de emissões em um nível, enquanto, na verdade, aumenta as emissões totais!

No entanto, a maior ameaça às comunidades rurais e ao meio ambiente na África do Sul é a ambição da indústria açucareira de estabelecer novas plantações industriais enormes em uma terra comunal inalterada, a fim de produzir o etanol necessário para cumprir a meta da mistura gasolina-etanol estabelecida pelo governo. Isto

destruirá centenas de milhares de hectares de áreas de pastagens de propriedade comunal e substituirá a agricultura alimentar tradicional, de baixa necessidade de insumos, por culturas extensivas de cana-de-açúcar e beterraba, baseadas em pesticidas e irrigação.

No entanto, independentemente de todo o espalhamento e a propaganda por parte da indústria, a forma como essas ações podem contribuir de forma significativa para a redução das emissões de gases do efeito estufa, ou até mesmo ajudar a mitigar o aquecimento global e as mudanças climáticas, continua um mistério completo!

Wally Menne, Timberwatch Coalition, e-mail plantnet@africa.com,
www.timberwatch.org

Início

- África do Sul: Até onde minha energia é verde?

A Sappi Limited, produtora sul-africana de celulose e papel, planeja a construção de uma usina de combustão de biomassa na fábrica Ngodwana, na província de Mpumalanga. A capacidade planejada é de cerca de 50 megawatts, que serão fornecidos à rede pública. Enganosamente, esse investimento é chamado de “Projeto Energia Verde” (Green Energy Power Project, GEPP), mas, na realidade, a energia é tão verde quanto o interior da caldeira da Sappi.

Segundo a empresa, a usina operará parcialmente usando resíduos do processo de produção de celulose, principalmente resíduos de filtragem e casca de árvores. Hoje em dia, esse material é queimado nas atuais caldeiras da fábrica ou descartado, mas a maior parte da biomassa necessária – cerca de 390 dos 530 mil toneladas por ano – será coletada nas plantações de árvores próximas e, posteriormente, transportada em caminhões até o local da fábrica.

A remoção de biomassa em grande escala, geralmente queimada ou deixada para apodrecer nas plantações, é muito problemática, já que resulta em perda de matéria orgânica e potenciais problemas de fertilidade do solo – problema reconhecido pela Sappi. Seu objetivo é retificar a situação removendo as cinzas das caldeiras e as distribuindo nas plantações. É verdade que são feitas tentativas de evitar a fertilização química, por meio de diferentes métodos de manejo e monitoramento, que deveriam identificar áreas com deficiência de nutrientes. Mas parece provável que o GEPP tenha impactos sobre o solo nas plantações e piore os problemas atuais, como empobrecimento dos nutrientes, erosão e inundações súbitas, que poderiam comprometer o uso da terra no futuro.

Mas talvez os danos diretos causados no entorno sejam o mal menor neste caso: Rachel Smolker, codiretora da Biofuelwatch (1), responde que qualquer demanda crescente por madeira irá incentivar ainda mais expansão das plantações: “E, claro, as indústrias de plantações estão bem cientes disso e fazem parte do esforço que está promovendo essa prática de queimar madeira para gerar eletricidade e calor.”

De fato, isso é exatamente o que a Sappi está fazendo atualmente – tentando

umentar as indústrias dependentes de madeira onde puder e, por outro lado, lutando com um mercado de celulose convencional que enfrenta dificuldades. Já há bons resultados no sentido de avançar a produção de celulose química como alternativa baseada em madeira para a produção de têxteis e embalagens. Atualmente, há várias fábricas Sappi convertidas para poder produzir para esse lucrativo mercado.

Contudo, isso não seria problema se a combustão de madeira fosse a melhor maneira de produzir eletricidade. Mas, segundo Rachel Smolker, “o problema começa na definição da queima de madeira como energia renovável”: a razão pela qual a combustão de biomassa é considerada ‘verde’ não é mais do que um cálculo”: espera-se que a biomassa colhida venha a ser substituída por uma nova planta/árvore no futuro, absorvendo a mesma quantidade de emissões da atmosfera gerada pelo processo de combustão. Mas, ao fazê-lo, ignora-se a chamada “dívida de carbono” – o fato de que essa nova planta precisará de tempo para crescer, e se for uma árvore, pode levar décadas.

Mas mesmo sem levar isso em consideração, a queima de madeira acrescenta emissões de pequenas partículas, significa emissões por meio de colheita, transporte e destruição de vegetação natural. Sendo assim, é fundamental promover a combustão da biomassa como sendo renovável. Não obstante, a maior parte da energia “verde” produzida atualmente é resultante de combustão de madeira.

“É claro que são necessárias alternativas ao atual modelo baseado na queima de madeira,” diz Philip Owen, coordenador internacional da GeaSphere. “Mas a alternativa é a redução. Não podemos nos dar ao luxo de substituir uma demanda prejudicial por outra, que é ainda pior.” Mas essa substituição está acontecendo e, neste caso, inclusive é apoiada pelas autoridades sul-africanas. O GEPP pretende fazer parte do “Programa de Aquisição de Energia de Produtores Independentes”, impulsionado pelo Ministério da Energia da África do Sul, para produzir 3.725 megawatts de eletricidade “verde” com o setor privado.

Em vez desse aumento em nossa dependência em relação às plantações de madeira na região, seria necessária, na verdade, uma redução na atual área de plantações combinada com uma tentativa de reabilitar, diversificar e utilizar espécies nativas de madeira em um sistema florestal de “multiuso”. “Pode-se ver como as comunidades têm dificuldades com água e terra, e seus ambientes e meios de sustento sofrem impactos de grandes plantações para madeira,” diz Philip Owen. “O Sappi Green Energy Power Project não vai ajudar a amenizar os problemas básicos da degradação da terra – mas pode, na verdade, piorar ainda mais as coisas.”

Artigo de Jan Quakernack, IVA, GeaSphere, www.geasphere.co.za,
www.facebook.com/geasphere

(1) Apresentação de Rachel Smolker: <http://www.youtube.com/watch?v=fOSRHKsoZJ8>

Início

A Libéria, um pequeno país da África ocidental com uma população de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, tem uma economia predominantemente agrária, com alta dependência da terra e seus recursos. A maioria da população vive em áreas rurais e trabalha na agricultura de subsistência e comércio de base florestal para obter sua renda. A estrutura de saúde é pobre e, em alguns lugares, inexistente, e a maioria das crianças não tem acesso a água potável segura. Falta-lhes também educação decente. O país foi classificado em 182º lugar entre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD em 2011. No entanto, a abundância de terras aráveis férteis permitiu que as pessoas na Libéria rural sobrevivessem e prosperassem mesmo nessas circunstâncias muito difíceis, para espanto de quem observa de fora.

Como em muitos países da África ocidental, por exemplo, Gana, Costa do Marfim, Camarões, República Democrática do Congo, etc, a indústria de óleo de dendê está se expandindo em ritmos alarmantes e gerando impactos negativos sobre os meios de subsistência das comunidades locais.

A malasiana Sime Darby, uma das maiores produtoras de óleo de dendê do mundo, fez um contrato de arrendamento de 63 anos com o governo da Libéria, em 23 de julho de 2009, cobrindo um total de 311.187 hectares de terra, que é chamado de Área Total de Concessão. Esta área deve ficar situada entre quatro condados: Gbarpolu, Grand Cape Mount, Bomi e Bong.

Quando o governo assinou o contrato com a Sime Darby, o acordo foi saudado como mais um marco no impulso da Libéria rumo à recuperação econômica, um passo fundamental em direção ao desenvolvimento sustentável. A empresa prometeu criar dezenas de milhares de postos de trabalho e contribuir para a agenda de recuperação econômica do governo.

As atuais atividades de desenvolvimento de plantações da empresa estão situadas nos condados de Bomi e Grand Cape Mount. Em Bomi, a empresa está cortando velhas seringueiras para começar a plantar dendezeiros na área. Em Grand Cape Mount, dentro do distrito de Garwula, a empresa construiu um viveiro e começou a plantar seus primeiros 5.000 hectares.

Mas agora, quando moradores da região falam sobre a Sime Darby, muitas vezes não estão comentando sobre os benefícios de desenvolvimento que foram gerados. Em vez disso, são críticos em relação aos impactos da empresa nas comunidades onde ela desmatou a floresta e plantou dendezeiros.

A situação enfrentada pelas comunidades afetadas pela expansão da plantação de dendê da Sime Darby no Distrito de Garwula é terrível: a plantação bate à porta e suas propriedades e suas terras aráveis estão sendo engolidas por ela. Há muito poucas opções de subsistência. De acordo com os moradores, a Sime Darby não lhes pagou indenização por suas terras agrícolas. Eles também afirmam que a indenização por lavouras que haviam sido destruídas foi inadequada e que as áreas florestais utilizadas para práticas culturais também foram destruídas e substituídas por dendê.

“Nós não tivemos escolha. A empresa esteve aqui, o governo havia dado a eles a

terra, eles estavam prontos para limpar as nossas terras e destruir nossas lavouras – o que mais nós poderíamos fazer? A situação era que, ou aceitávamos o que quer que eles estivessem dando ou eles pegavam de volta o dinheiro e limpavam a terra de qualquer maneira”, disse um dos moradores dos povoados de Baka e Kenemah.

A maioria dos homens e mulheres das aldeias afetadas está desempregada e seus filhos estão com fome. Há muito poucas opções de subsistência.

O governo da Libéria e a Sime Darby têm, ambos, responsabilidade pela situação negativa enfrentada por essas comunidades, já que negociaram um contrato que claramente não poderia violar os direitos de terceiros. Esses terceiros incluem as comunidades que tradicionalmente têm ocupado e utilizado a terra, comunidades que detêm títulos coletivos e direitos de propriedade privada sobre sua terra, indivíduos com direitos de propriedade privada sobre sua terra e todos aqueles que têm propriedades e outras formas de bens nas terras dentro da Área de Concessão. O contrato obriga o governo a alocar terras livres de ônus à Sime Darby, o que é impossível, pois não há terra livre de ônus nos municípios escolhidos para o projeto.

Arrendar terras e propriedades privadas consuetudinárias para a Sime Darby sem o consentimento das pessoas que vivem e usam a terra e seus proprietários, ou sem o devido processo, é um convite ao conflito. Como tal, é altamente provável que as comunidades e os proprietários privados nas áreas afetadas questionem continuamente a implementação do atual contrato. Isso pode levar a Sime Darby e o governo a usar táticas agressivas para garantir que a empresa continue a se expandir ou pode fazer com que a empresa aceite que não tem como implementar o contrato e peça uma renegociação dos termos. A primeira abordagem gera conflitos que poderiam facilmente deteriorar em violência, mas a segunda pode dar uma oportunidade para o governo corrigir os erros cometidos durante a negociação do contrato atual. Isto permitiria consultas adequadas também com proprietários privados e comunidades e possibilitaria que aqueles que têm interesse no desenvolvimento do dendê em suas terras negociassem um acordo justo, que levasse em conta sua subsistência e a saúde ambiental geral de suas comunidades.

No entanto, independentemente de quão bem o contrato for negociado e quanto incentivo o governo e a Sime Darby são capazes de oferecer, inevitavelmente haverá proprietários de terras privados, famílias e comunidades que não queiram abrir mão de sua terra para plantar dendê. Este governo e a Sime Darby fariam bem em reconhecer e respeitar os direitos e os interesses desses grupos. Isso demonstraria não só um desejo verdadeiro de defender o estado de direito por parte do governo, mas também que o governo coloca os interesses de seus cidadãos acima de todas as outras considerações.

Fonte: O texto acima foi extraído de uma nova publicação, “Uncertain Futures. The impacts of Sime Darby on communities”, lançada recentemente pelo WRM e pelo SDI (Instituto de Desenvolvimento Sustentável) da Libéria e escrita por Silas Kpanan’Ayoung Siakor. O livro pode ser acessado em: http://wrm.org.uy/countries/Liberia/uncertain_futures.pdf

- Laos: Expansão de plantações de seringueira – mais conflitos com comunidades

Com o crescimento da demanda global por borracha natural nos últimos anos, as grandes plantações de seringueira estão se expandindo, causando conflitos com comunidades locais no Laos, um país onde, no início dos anos 90, era amplamente aceito e citado por acadêmicos e pessoas que o estudavam, que cerca de 80% do povo dependiam diretamente da floresta – inclusive do rio – para seu bem-estar físico, cultural e espiritual.

Em 2010, existiam no mundo 9,8 milhões de hectares de plantações comerciais de seringueiras, e esse número deve crescer a 13,8 milhões de hectares em 2018. Cerca de 90% da produção de borracha estão concentrados na Ásia, principalmente na Indonésia, Tailândia e Malásia, em sua maioria em pequenos proprietários. A produção é absorvida principalmente pela indústria de pneus, intimamente ligada ao setor automobilístico, concentrado regionalmente na China. O atual pico de expansão se dá principalmente por meio de grandes plantações, e um dos países da região do Mekong onde essa expansão está acontecendo rapidamente é o Laos.

Há mais de 60 grupos étnicos diferentes no país. Com apenas 20% de terras baixas, a maioria do povo do Laos vive em áreas rurais de colinas ou montanhas. As comunidades rurais dependem principalmente de florestas para seu bem-estar físico, cultural e espiritual. Mas quando, no final dos anos 80, a ideologia econômica mudou e o governo do Laos abriu a terra à economia global de mercado, as comunidades de floresta sofreram com o corte e a exportação comerciais de madeira.

Em 1990, o país adotou o Plano de Ação para a Silvicultura Tropical (Tropical Forestry Action Plan, TFAP, sigla em inglês), impulsionado pelo Banco Mundial e pela FAO em vários países. Uma das propostas do TFAP era investir em plantações de árvores. Após a era do desmatamento, chegaram as plantações monocultoras de árvores, para cumprir um papel fundamental no Laos, como ferramenta para transformar as florestas e suas terras em bens de capital. Junto com as empresas, o governo promoveu as plantações de árvores – que invadiram as terras, as florestas e os meios de sustento das pessoas – prometendo empregos e renda à população rural.

Como resultado, principalmente desde o final dos anos 90, a indústria de borracha se expandiu no Laos. Embora alguns investimentos envolvam capital local e de pequenos proprietários, cerca de 75% de todas as plantações são de grande escala e foram estabelecidas por empresas transnacionais da China, do Vietnã e da Tailândia. Segundo o Ministério do Comércio, em 2007, 40 empresas estavam plantando seringueiras em uma área de 182.900 hectares que receberam as terras por meio de concessões.

As plantações de árvores em expansão têm graves impactos negativos sobre as comunidades locais. Já no início, cria-se um conflito porque as concessões dadas às empresas geralmente colidem com as terras usadas pelas comunidades. No Laos, o governo detém a propriedade da terra como estado socialista, mas o direito consuetudinário de uso permanente é reconhecido em leis e regulamentações. Entretanto, os moradores das aldeias ainda têm restrições para conseguir os documentos que lhes garantem esse direito de forma permanente. Na maioria das vezes, as populações locais não têm ciência desse direito, já que o governo pouco as informa disso. Sendo assim, elas não têm qualquer chance de exercer seus direitos na vida real, o que facilita às empresas transnacionais se apropriar da terra usada pelas comunidades.

Uma prática comum tem sido a de que a empresa, depois que o governo lhe dá a concessão, entra em contato com o líder local da aldeia para informar que pretende plantar seringueiras e obtém apoio ao plano. As áreas originalmente visadas costumam ser próximas às áreas de arroz em terras altas, que vêm sendo visadas há muito tempo pelo governo do Laos para extinção dentro do “Programa de Estabilização da Agricultura Itinerante”. Seduzidos por promessas de empregos para a comunidade e pressionados pela condenação da prática tradicional de plantio itinerante de arroz em terras altas, os líderes comunitários podem concordar em assinar um documento que certifica que a plantação recebeu “permissão”.

Mas, quando a empresa começa a limpar a terra e plantar as árvores, a comunidade geralmente descobre que foram criados poucos empregos e a maioria deles dura os primeiros anos da operação. Mais além, as comunidades reclamam de que os empregos oferecidos são de baixa remuneração e que, quando se aplicam pesticidas, não lhes são oferecidos quaisquer equipamentos de proteção, com os consequentes impactos graves sobre sua saúde.

Pouco depois que as árvores são plantadas, aparecem mais impactos e a comunidade realmente toma consciência do que representa o projeto da empresa. As áreas ocupadas geralmente são de floresta mista, usadas pelas comunidades – por exemplo, onde elas coletam cogumelos, bambu e outros produtos florestais. Além disso, a aplicação de pesticidas contamina o meio ambiente, principalmente os campos de arroz próximos às plantações.

A crescente demanda industrial por borracha natural nos últimos anos, que estimula a expansão das plantações de seringueira, também aumenta o número de conflitos entre empresas transnacionais e comunidades locais no Laos. Apenas o respeito integral aos direitos humanos dos povos da floresta, para que usem sua terra e floresta, pode ajudar a reduzir e prevenir mais conflitos no país.

Todavia, uma suspensão temporária das concessões de terras, estabelecida pelo governo em 2007 para estudar os problemas relacionados a elas, não deu muito resultado. Pelo contrário, as empresas continuam querendo aumentar suas áreas de plantação. O governo do Laos pretende plantar outros 300.000 hectares de seringueiras na próxima década.

Baseado em uma recente visita de campo à região do Mekong, “An overview of industrial tree plantations: conflicts, trends and resistance struggles”

(<http://www.wrm.org.uy/publications/EJOLTplantations.pdf>) e “Summary report: research evaluation of economic, social and ecological implications of the programme for commercial tree plantations. Case study on rubber in the South of Laos PDR, August 2009. Collaboration between CRILN/NLMA, Office of Prime Minister Lao, Faculty of Social Sciences, Chiang Mai university, Foundation for Ecological Recovery, Thailand.”

Início

- Indonésia: sociedade bayat constroi vida

As concessões de terras para plantações de madeira são um modelo de exploração florestal usado por grandes empresas na Indonésia. Mais de 9 milhões de hectares de concessões desse tipo já foram feitos pelo Ministério de Florestas, embora nem todas essas concessões sejam usadas para plantar madeira. Até 2011, não mais do que metade da área total de licenças de plantio de madeira era bem gerida pela empresa titular da licença. Ao mesmo tempo, as licenças para plantio de madeira mudaram o uso natural da diversidade florestal e causaram uma série de problemas em efeito dominó, como influenciar a relação social e a soberania dos povos indígenas e dos moradores que vivem na terra da concessão, prejudicar o conhecimento local e sistema alimentar local e drenar a fonte principal de capital para cobrir a ameaça de falência da indústria da plantação de árvores para madeira.

As frágeis sanções por parte do governo em relação a riscos morais possibilitaram que as empresas deixassem milhões de hectares de terra em um estado incerto de gestão – empresas que se candidataram a uma licença de plantação de madeira, cortaram a madeira e a levaram embora, deixando uma área de floresta danificada após ganhar muito dinheiro. Uma dessas é a PT Pakerin, empresa de plantação de madeira na regência (região administrativa da Indonésia) de Musi Banyu Asin, província de Sumatra do Sul.

A PT Pakerin recebeu a licença de concessão de plantações de madeira do Ministro de Florestas em 1998, por uma área de mais de 43.000 hectares, e iniciou a operação em 1992. A concessão tinha tomado mais de 7.000 hectares de terra do povo na aldeia de Simpang Bayat. A sociedade de Simpang Bayat estava lutando para defender o direito, mas o “muro” que protegia a empresa era muito forte, ou seja, um “tembok”, na forma do apoio do Governo e do aparelho militar.

Em 1997, houve um incêndio desastroso que destruiu as árvores da PT Pakerin, o que fez a administração da empresa interromper o negócio. Nos dez anos seguintes, a empresa não realizou qualquer atividade. Desde 2010, aos poucos, a comunidade de Simpang Bayat tem retornado à terra que costumava ser sua aldeia. A comunidade construiu pequenas casas, chegou a um acordo de gestão compartilhada da terra e começou a trabalhá-la para construir seus meios de subsistência.

Até agora, de 7.000 hectares de terra do povo da aldeia de Simpang Bayat que tinham sido tomados pela PT Pakerin, aproximadamente 1.500 hectares foram

recuperados pela comunidade. A comunidade de Simpang Bayat construiu em torno de 750 casas, que são habitadas por cerca de 400 chefes de família ou mais de 1.000 pessoas. Além da construção das casas, a comunidade também construiu coletivamente instalações comuns, como uma estrada, local de culto, secretariado da aldeia e uma escola fundamental, que está sendo planejada. Para a vida diária, a sociedade produz carvão para venda, e plantas, legumes, frutas, e cria gado; para o longo prazo, a comunidade planta seringueiras.

Para se organizar e consolidar a luta, a comunidade criou uma organização chamada Dewan Petani Sumatera Selatan (Conselho de Agricultores de Sumatra do Sul). Esta organização de agricultores locais estabeleceu, em conjunto com os agricultores, regulamentos para organização e uso da terra.

A PT Pakerin não está tolerando a ação da comunidade de Simpang Bayat. Eles fazem queixas sobre a comunidade de Simpang Vila Bayat à polícia com as acusações de realização de exploração ilegal de terras. Alguns dos líderes da organização de agricultores foram presos e a polícia tentou intimidar a comunidade de várias formas, mas não enfraqueceu o espírito dos agricultores. A comunidade da aldeia de Simpang Bayat continua reivindicando seu direito sobre a terra e vida.

Rivani Noor, CAPPA, www.cappa.or.id

Início

- Brasil: A expansão acelerada do dendê na região amazônica

A área plantada no Brasil com dendê, ou palma africana, sempre foi relativamente pequena, comparada com outros países produtores na América Latina. No entanto, anúncios por parte de algumas das maiores transnacionais brasileiras, como a Vale e a Petrobrás, indicam uma expansão acelerada na região Amazônica, principalmente no estado do Pará, visando à produção de biodiesel.

A principal empresa, nas últimas décadas, a promover plantações monocultoras de dendê no estado de Pará, na Amazônia brasileira, é a brasileira Agropalma, atualmente com 39 mil hectares próprios de dendê e 10 mil hectares plantados em terras de agricultores. Esta empresa tem se dedicado, sobretudo, à produção de óleo de dendê para alimentos, cosméticos e produtos químicos. Até pouco tempo, a produção de biodiesel era considerada inviável. No entanto, transnacionais brasileiras estão entrando no ramo de plantações de dendê, mudando este quadro.

Um novo projeto está sendo desenvolvido pela empresa brasileira Vale, uma das maiores mineradoras do mundo. A Vale comprou uma fatia de 70% da empresa de plantação de dendê Biopalma em 2011. Enquanto, em 2009, a Biopalma tinha 5 mil hectares de plantio, atualmente já tem 50 mil hectares de dendê plantados. O projeto da Vale pretende expandir as plantações para alcançar 80 mil hectares, sendo 60 mil de plantio próprio e 20 mil de produção terceirizada, em terras de agricultores. Cerca de 600 famílias participam do projeto, segundo a Vale. A expectativa é chegar a uma produção anual de 500 mil toneladas de óleo até 2019.

O objetivo da Vale é produzir biodiesel como combustível para os trens da companhia, que transportam, sem parar, minério de ferro da região de Carajás para a zona costeira. De lá, a empresa exporta a matéria prima para os grandes mercados consumidores. Segundo a Vale, o projeto da Biopalma “contribuirá na matriz energética da Vale, de forma sustentável, renovável, contribuindo com a preservação ambiental”. Além disso, se trataria de um “positivo vetor social” e também uma forma de “geração de renda e fixação do homem do campo”. Segundo a Vale, o projeto reduziria também as emissões de carbono da empresa com o uso de biodiesel no lugar do diesel convencional.

Outra empresa transnacional que está investindo em dendê no Pará é a Petrobrás, a empresa estatal transnacional de petróleo do Brasil, uma das maiores das Américas. Um projeto pretende plantar, a partir de 2013, 24 mil hectares de dendê em terras de 1250 agricultores. Em outro projeto, a Petrobrás entrou em parceria com a multinacional de petróleo Galp Energia de Portugal, criando uma empresa chamada Belém Bioenergia. Serão plantados 50 mil hectares de dendê em parceria com 1000 agricultores. A produção esperada de 300 mil toneladas de óleo anual será exportada para Portugal, onde se implantará uma refinaria na cidade de Sines, para produzir o greendiesel, o “diesel verde”, a partir de 2015, visando abastecer os mercados de Portugal e Espanha.

A expansão exponencial do dendê no Brasil, que conta com o apoio decisivo do governo brasileiro, gera uma série de preocupações. Primeiramente, trata-se de um projeto que vem beneficiando duas empresas de grande porte, bem conhecidas por causar impactos graves nas regiões onde opera, seja a Vale com suas atividades de mineração, por exemplo, em Moçambique, seja a Petrobrás, impactando, por exemplo, a vida de pescadores no Brasil (veja boletim 180 – editorial). Em 2012, a Vale ganhou inclusive o ‘Public Eye Award’, um “prêmio” internacional concedido à pior empresa do mundo em função de problemas sociais, ambientais e trabalhistas.

Além disso, o projeto de produção de biodiesel não é tão ‘verde’ nem ‘renovável’ quanto parece. No caso da Vale, o projeto prevê a substituição pelo biodiesel de apenas 20% do combustível dos trens da empresa, resultando em que 80% continuam sendo diesel convencional. Tudo isso para continuar mantendo um processo de extração de minério em larga escala para atender a um modelo de produção e consumo excessivo e insustentável de uma minoria da humanidade, o que a Vale não pretende mudar. Além disso, seu transporte ferroviário tem sido objeto de inúmeras denúncias por moradores locais que sofrem dos impactos.

Se, por um lado, a produção de dendê pode gerar benefícios para um grupo de agricultores familiares que o plantem e vendam as frutas para a Vale e/ou Petrobrás, por outro lado, esses mesmos agricultores entram numa relação de dependência com essas empresas, cedendo parte de suas terras, pequenas, para essas transnacionais por um período longo num esquema de monocultivo químico. Com isso, as empresas se apropriam cada vez mais de terras, num estado considerado o mais violento do Brasil em função dos graves conflitos agrários entre grandes proprietárias e famílias sem-terra, e da ausência de uma política estrutural de reforma agrária por parte do governo federal.

Por fim, a apropriação de terras não se limita só a áreas de produção de dendê. A Vale, por exemplo, afirma que, para cada hectare que planta com dendê, preserva um hectare de mata nativa, e a plantação de dendê também estaria 'recuperando' as terras. Mas vale lembrar que o compromisso de preservar a mata nativa não é nada mais do que cumprir a legislação brasileira e, para a empresa Vale, ter florestas representa outra oportunidade de lucrar, por exemplo, negociando carbono no mercado de "serviços ambientais", que está sendo implementado às pressas no Brasil, em conjunto com uma série de revisões legislativas. como o conhecido código florestal, além de novas leis regulamentadoras sobre o assunto.

Apesar do discurso "verde", a produção de dendê já tem gerado conflito, por exemplo, com o povo indígena tembé, que tem reclamado e sofrido com os impactos da contaminação, com agrotóxicos, de nascentes de água no seu território, resultante da aplicação de veneno nas áreas de dendê. Segundo um dos caciques da área: "pra nós o dendê não funciona, mas sim o arroz, o feijão, o frango e o peixe". Reclamaram também que "a guariba agora fica em silêncio porque a caça e a pesca estão acabando por causa do desmatamento e os bichos não têm onde se esconder fora da nossa área". Mas para a Vale e a Petrobrás, o dendê funciona muito bem, sendo uma nova fonte de negócio e lucro e, ainda por cima, "verde".

- Agricultura familiar ganha com biodiesel do dendê. Valor Econômico (2012).

http://www.abdi.com.br/Paginas/noticia_detalle.aspx?i=1307

- Biopalma chega a acordo com índios. Fonte:

<http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=591475>

- Biodiesel: projeto biopalma. http://www.fiap.br/cees/biodiesel/pdf/ivo_fouto.pdf

Início

- Chile: denuncia de engenheiros florestais sobre as plantações da Forestal Anchile Ltda.

Em julho deste ano foram divulgados os resultados de uma pesquisa realizada em nível de comunidades, em 2010, pela Asociación de Ingenieros Forestales por el Bosque Nativo. O Monitoramento Florestal Independente resultou em um relatório sobre os impactos ambientais e sociais das plantações de árvores da empresa Forestal Anchile Ltda. e em denúncias respectivas à Corporación Nacional Forestal (CONAF), uma agência do Ministério da Agricultura do Chile.

A Forestal Anchile Ltda., propriedade das japonesas Daio Paper e Itochu Corporation, é uma das maiores exportadoras de cavacos de madeira do Chile e está voltada ao mercado japonês. O patrimônio da empresa se estende desde a Comuna de Toltén, Região da Araucanía, até Fresia, Região dos Lagos, e o monitoramento foi realizado nas regiões de Los Ríos e Los Lagos, Comunas de Valdivia, Corral e La Unión, onde se concentra a maior parte de seu patrimônio, que atualmente totaliza 61.069,1 hectares, dos quais 28.043,8 correspondem a plantações de árvores, principalmente de Eucalyptus globulus e nitens, Pino radiata, P. Oregon e outras variedades.

O trabalho se concentrou em três setores da Cordilheira da Costa de Valdivia, na Região de Los Ríos, um deles de propriedades localizadas em setores próximos a fragmentos ou superfícies contínuas de florestas nativas, que fazem parte da floresta temperada úmida costeira, reconhecida entre as 25 áreas de mais alta prioridade para a conservação em nível mundial, principalmente devido a sua alta fragilidade e por abrigar uma importante diversidade de espécies de flora e fauna de alto endemismo.

A substituição de florestas nativas por plantações de espécies exóticas de árvores (por *Pinus radiata*, inicialmente, e depois, por *Eucalyptus spp*), que começa na década de 1980 como consequência da compra extensiva de terrenos por empresas florestais e da emigração da população rural dessas áreas setores a Valdivia, é um dos principais fatores de perda importante de biodiversidade e fragmentação das florestas nativas.

Os resultados do relatório indicam práticas florestais de alto impacto ambiental e descumprimento da legislação florestal em todas as propriedades da Forestal Anchile visitadas. Essas práticas consistem na “intervenção e/ou destruição de áreas de proteção de cursos de água, remoção e perda de solos em áreas com forte inclinação pelo uso de sistemas mecanizados de colheita, substituição gradual da vegetação nativa que cumpre a função de proteção de cursos d’água, corte de novas brotações de bosque nativo durante a colheita de plantações e podas rasas em extensas superfícies, gerando forte impacto paisagístico nas áreas adjacentes a locais prioritários de conservação da biodiversidade no Chile”.

O estudo também aponta o “efeito do uso de herbicidas na cabeceira de microbacias em áreas próximas ao Rio Futa”.

Os resultados do monitoramento florestal permitem sustentar “que as más práticas no estabelecimento e colheita das plantações da Forestal Anchile geram um alto impacto nos ecossistemas terrestres y acuáticos da região, bem como em atividades e iniciativas de comunidades rurais locais, orientadas a potencializar o turismo, a recuperação do valor paisagístico e as funções ecossistêmicas da floresta nativa, principalmente a produção de água para uso doméstico e de irrigação”.

A pesar de tudo isso, a Florestal Anchile é uma empresa certificada pelo FSC, ou seja, suas plantações de árvores supostamente são “sustentáveis”. Em 15 de dezembro de 2002, a empresa recebeu a certificação no sistema do FSC (Forest Stewardship Council), que foi sendo atualizada desde 2003 por meio de auditorias anuais. Isso deixa em evidência que aspectos tão graves – e, muitas vezes, inerentes à expansão dos monocultivo de árvores – como o desmatamento e seus impactos não são levados em conta no sistema de certificação florestal do Forest Stewardship Council (FSC) nem por outros de menor importância.

Pois os resultados mostram as “debilidades da legislação florestal, da institucionalidade e dos processos de certificação florestal atuais, que, em conjunto, operam como fatores facilitadores e de impunidade com relação ao impacto do manejo de plantações da Forestal Anchile, ao evidenciar a falta de rigorosidade na fiscalização de propriedades denunciadas, muitas insignificantes em relação à

magnitude do dano ocasionado nas propriedades efetivamente sancionadas e falta de transparência em processos de certificação, tanto da empresa como dos auditores, reduzindo a credibilidade do sistema FSC ao refletir incoerência entre os critérios e princípios de certificação florestal e as práticas reais observadas em parte do patrimônio de uma empresa que goza desse selo desde 2002”.

E acrescentamos que isso deixa explícito, mais uma vez, que a certificação se converteu em uma ferramenta nas mãos das grandes empresas para legitimar seus negócios. O “selo verde” lhes permite impor sistemas de produção intrinsecamente danosos e perigosos para ecossistemas valiosos, como ocorre com os monocultivos de árvores.

Artículo basado en: “Informe de resultados. Monitoreo forestal independiente a patrimonio de Forestal Anchile Ltda. en la región de Los Ríos y Los Lagos”, julio 2012, Agrupación de Ingenieros Forestales por el Bosque Nativo, y Nativo. Bosques y su Gente, http://www.bosquenativo.cl/descargas/documentos_AIFBN/Informe_Monitoreo_Anchile_28_08_12.pdf

Início

- Uruguai: fundos de investimento denunciados por plantação ilegal de árvores em área protegida

A região da Quebrada de los Cuervos, localizada nas serras do departamento de Trinta e Três, foi a primeira área a entrar no Sistema Nacional de Áreas Protegidas no Uruguai (2008), por sua riqueza paisagística, representatividade de ecossistemas nativos e diversidade de espécies. Composta por pastagens, mata de encosta, matas ciliares e arroios, funciona como um corredor biológico para diferentes espécies de flora e fauna.

Sua classificação como “Paisagem Protegida” permite que os moradores que vivem em campos localizados dentro da área e nos arredores possam permanecer, realizando suas atividades produtivas tradicionais. No Plano de Manejo elaborado para a área protegida, expressou-se a necessidade de uma zona-tampão entre a área protegida e o restante da área rural, definindo-se uma delimitação o que foi aceito pelos moradores. No entanto, até agora (anos mais tarde), as autoridades não conseguiram confirmá-la oficialmente.

Entre as atividades proibidas dentro da área protegida, por se entender que ameaçam a área, mencionam-se a plantação de monoculturas de árvores e a mineração que, logicamente, também deveriam ser proibidas na zona-tampão. Nos últimos anos, empresas florestais, como a norte-americana Weyerhaeuser (Colonvade), a britânica Pradera Roja (Phaunos Timber Fund, um fundo de investimento) e a norte-americana Forestal El Arriero (Global Forests Partners, um fundo de pensão), estabeleceram, dentro da zona-tampão, monoculturas de pinus e eucalipto – espécies exóticas invasoras nessa região do país – com o risco que isso acarretaria para a Quebrada de los Cuervos.

Fundos de investimento em plantações de árvores. Nos últimos anos, ganhou

importância a presença, em nosso meio rural, de fundos de investimento ou fundos de pensões dos países do norte, os quais compram terras no Uruguai e em outros países do Sul para plantar monoculturas de eucalipto, que acabam por ser muito rentáveis para os investidores, mas geram graves impactos sociais e ambientais em nível local. Por exemplo, o Phaunos Timber Fund acaba de vender 690 hectares plantados com eucaliptos, na localidade de Cerro Chato, a um investidor privado, por 2,9 milhões de dólares, sendo que a empresa pagara 1,3 milhão de dólares em 2009.

Em 2009, a empresa foi denunciada por moradores da Quebrada por levar adiante um projeto florestal sem informar o Ministério do Meio Ambiente sobre sua localização junto à área protegida e sem cumprir os critérios básicos para evitar a erosão do solo, além de aplicar grandes quantidades de agrotóxicos que provocaram a morte da fauna nativa. Como resultado da denúncia, a empresa foi suspensa temporariamente e, alguns meses mais tarde, recebeu multas irrisórias, as quais nunca se soube se realmente pagou.

O Caso da Forestal El Arriero S.A. Da mesma forma agiu a empresa Forestal El Arriero S.A., que pertence à norte-americana Global Forests Partners, empresa de gestão de investimentos florestais com fundos de pensão. Até o momento, ela possui 26.000 hectares de terra no Uruguai, dos quais 16.000 foram plantados com árvores e são administrados pela chilena Cambium Forestal Uruguay S.A.

Em 2009, a Florestal el Arriero estabeleceu uma plantação de pinus no projeto “Obdulio” – localizado dentro da zona-tampão do desfiladeiro da Quebrada de los Cuervos – sem autorização prévia do Ministério do Meio Ambiente. A devida permissão só foi solicitada quando as árvores tinham mais de um metro de altura e já se havia concluído a fase de aplicação de agrotóxicos.

Mais uma vez, graças às denúncias e testemunhos apresentados pelos moradores em abril de 2011, pode-se demonstrar que o plantio foi feito de forma ilegal. A empresa violou a normativa uruguaia e os técnicos que realizaram o estudo de impacto ambiental e com árvores já plantadas são responsáveis por falsificar a informação que forneceram ao Ministério. Embora tenha suspenso todas as atividades da empresa florestal, tornando-a “passível” de multa, a resolução do Ministério permite que ela continue com o processo de obtenção da licença ambiental.

Vozes locais. Benedicte, uma das fundadoras da Sociedade de Fomento Rural Quebrada de los Cuervos, afirma que “nós, habitantes locais, nos sentimos prejudicados por esta plantação de pinus, uma espécie considerada invasora, pelo envenenamento da água do riacho Yerbal Chico e a morte da fauna nativa, pela fumigação com herbicidas e, especialmente, pela destruição total da pastagem nativa. A Sociedade de Fomento reivindica para a população local o direito à terra e o direito de manter e desenvolver suas práticas tradicionais de pecuária em pastagem natural. Rejeitamos as grandes monoculturas, o uso de agrotóxicos e a mineração, pois afetam a nossa cultura e o nosso modo de vida”.

Carlos, que mora na área há 23 anos, diz que o assunto preocupa muito. Por um lado, “se define uma área central que é, ela própria, área protegida, e uma área

adjacente ou tampão para proteger a Quebrada, e é aí que se está plantando pinus e há projetos de extração de calcário. Alguma coisa não está funcionando bem! Por essa razão, estamos aqui [na audiência] para expressar nosso descontentamento e saber como, se em abril de 2011, denunciemos que a empresa tinha plantado e fumigado ilegalmente os campos plantados, sem permissão do Ministério do Meio Ambiente (DINAMA) e sem avaliação de impacto ambiental, agora estão aqui na nossa frente apresentando o projeto como se fosse algo novo”.

Ana Maria, moradora da região e membro da AMRU (Associação de Mulheres Rurais do Uruguai), conta que “o primeiro impacto que nos preocupa é o impacto sobre a água, principalmente a contaminação pela aplicação de agrotóxicos, que também afeta a flora e a fauna do lugar. Após as aplicações, sempre se encontram animais mortos. Há vida ali, que morre ou migra, há espécies que vão desaparecendo; no futuro, teremos um grande deserto verde aqui e no resto do Uruguai, onde se concentram as plantações de árvores. Somos um país muito pequeno, não podemos ter tanto território ocupado por uma monocultura. Temos que colocar um freio, dizer basta!”

Responsabilidade das autoridades. O papel do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) deixou de ser claro, e o atraso na aprovação da versão final do Plano de Manejo promove indiretamente a instalação de projetos de silvicultura e mineração na área.

É urgente implementar as medidas propostas no Plano de Manejo, como oficializar os limites propostos para a zona tampão, eliminar a “prioridade florestal” dos solos dentro da zona tampão, aplicar medidas preventivas enquanto não se implementa a lei de Ordenamento Territorial da região e restringir projetos produtivos como plantação de árvores, mineração e construções industriais a montante da área protegida.

O “freio” está nas mãos do SNAP, do Ministério do Meio Ambiente, do Departamento Florestal e da Municipalidade de Trinta e Três. Será que essas autoridades conseguirão dizer “basta” e trabalhar pelo que realmente, no curto e no longo prazos, beneficiará a população local e o país?

Trechos do artigo “Fondos de inversión denunciados por forestación ilegal en la Quebrada de los Cuervos”, enviado pelo Grupo Guayubira, <http://www.guayubira.org.uy/> - acessar a versão completa <http://www.guayubira.org.uy/2012/09/fondos-de-investimento-denunciados-por-plantacao-ilegal-de-arvores-na-regiao-da-quebrada-de-los-cuervos/>

[Início](#)

- As plantações monocultoras de árvores no mercado financeiro

Hoje em dia, os mercados financeiros especulativos vêm ganhando cada vez mais poder sobre a economia e a vida, em resposta à crise capitalista que começou na década de 1970.

Segundo uma pesquisa do grupo de informação financeira PEI Media Ltd.(*), entre os instrumentos de investimento relacionados à natureza, a aplicação em áreas de floresta compreende vários tipos de ativos diferentes: plantações de árvores estabelecidas principalmente para a produção de madeira, florestas manejadas para extração de madeira, produtos não madeireiros, fixação de carbono e conservação da biodiversidade. Normalmente, os ativos consistem na terra e no estoque de árvores em pé, mas também se podem fazer investimentos apenas em um ou outro.

Como categoria de investimento institucional – isto é, com organizações investidoras que mobilizam grandes somas de dinheiro – o investimento em áreas de floresta começou há menos de 30 anos, com os primeiros gestores de investimento adquirindo terras não estratégicas da indústria de produtos florestais em nome de clientes institucionais cautelosos. Como ativo de longa duração, com baixa volatilidade e aspectos de proteção contra a inflação, as áreas de floresta atraem quem tem “capital paciente”: investidores institucionais, tais como fundos de pensão públicos e privados, fundos patrimoniais, fundações e seguradoras, que se tornaram os principais atores no mercado global de investimentos em áreas de floresta.

O PEI identifica que, nos Estados Unidos, os ativos em áreas de floresta podem atualmente compreender 1 a 2% das carteiras de alguns dos principais fundos de pensão. Também estão se tornando mais comuns os fundos de fundos, que incluem componentes de áreas de floresta, juntamente com outros tipos de ativos reais. No momento, o capital de investidores aplicado em florestas é de cerca de 70 a 80 bilhões de dólares.

Observando o processo de investimento em áreas de floresta, o PEI descreve que um tipo de veículo de private equity chamado organizações de gestão de investimentos em madeira (timber investment management organisations, TIMOs) se tornou grande proprietário de áreas de floresta nos Estados Unidos. Na década de 1990, o número de TIMOs e os seus ativos sob gestão no país aumentou de cerca de 1 bilhão de dólares para algo entre 10 e 12 bilhões. Mais para o final da década, as TIMOs começaram a se expandir também em alguns mercados emergentes caracterizados por capital escasso. Altas taxas de crescimento, baixos custos de produção de madeira, proximidade de mercados e procura, bem como preços de terras crescentes, contribuíram para um aumento de retornos neste período. No final do século XX, a América Latina (principalmente Brasil e Chile) e a Oceania (Austrália e Nova Zelândia) surgiram como atrativas regiões de investimento em áreas de floresta.

Pesquisas do PEI descrevem que, em 1996, preços altos da madeira em pé, que tinham sido bons para os investidores em florestas, agora faziam com que as fábricas no Norte global fechassem, com a capacidade e a demanda se mudando para o Sul. O desenvolvimento e a tecnologia de plantações tinham avançado, aumentando a produtividade por hectare até parecer que havia um fluxo grande de madeira vindo de todas as direções, incluindo Austrália, Nova Zelândia e América do Sul. Essa convergência fez cair os preços da madeira em pé em todas as regiões em cerca de 33% entre 1998 e 2001. De 1996 a 2000, 5 bilhões de dólares

em valor líquido, representando cerca de 7,9 milhões de acres, passaram à propriedade de investidores institucionais, principalmente através de TIMOs nos Estados Unidos. No período de 2001 a 2004 – quando estourou a bolha de tecnologia, o mercado de ações decaiu e uma quantidade ainda maior de capital institucional começou a procurar uma casa – testemunhou uma transferência sem precedentes de ativos para investidores institucionais. Mais uma vez, era um mercado de vendedores. De 2005 a 2009, a indústria de produtos florestais saiu da propriedade de áreas de floresta e as TIMOs foram, de longe, as principais compradoras nos Estados Unidos. Atualmente, a Weyerhaeuser é a única empresa integrada de capital aberto trabalhando com produtos florestais que ficou com propriedades significativas de áreas de floresta.

De acordo com o PEI, o atual mercado de áreas de floresta tende a ter dois tipos de investidores: os que já têm exposição em mercados tradicionais e buscam cada vez mais oportunidades em regiões emergentes que oferecem características mais agressivas de risco e retorno, e investidores mais novos, mais interessados em oportunidades consistentes em áreas de floresta em mercados comprovados. De modo geral, os investidores institucionais continuam a ser os grandes atores nos mercados globais de investimento em áreas de floresta: três quartos do investimento florestal privado gerido por TIMOs são de propriedade desse tipo de investidor. Embora grande parte do capital que flui para essa categoria de ativos se origine de investidores experientes com base na América do Norte, os investidores europeus estão atuando cada vez mais. O capital de investidores da América Latina e na Oceania está sendo aplicado principalmente em suas próprias regiões.

O grupo de informações financeiras PEI descreve como, à medida que entra mais capital no espaço do investimento em áreas de floresta, os investidores têm mais opções para estruturar sua participação, não só fazendo e gerindo esses investimentos estritamente em um contexto de private equity, mas também usando veículos de investimento negociados publicamente, particularmente atraentes a investidores que preferem elevados níveis de liquidez. Estes veículos normalmente são estruturados como fundos de investimento imobiliário (real estate investment trusts, REITs, sigla em inglês), fundos de investimento unitários ou “fundos de índice” (exchange-traded funds, ETFs). Atualmente, incluem a Plum Creek Timber Company (PCL), a Rayonier Inc. (RYN) e a Potlatch Corporation (PCH), três destacados REITs de madeira com sede nos Estados Unidos. Também incluem o Phaunos Timber Fund (que é administrado pelo gestor de fundos de derivativos Four Winds Capital Management) (ver artigo sobre o Uruguai) e Combiium Global Timberland Ltd (gerido pela Cogent Partners), ambos ETFs.

O que o WRM, bem como muitos outros grupos e movimentos sociais e ambientais, tem dito é que a mudança climática infelizmente se tornou uma nova fonte de oportunidades de lucro para investidores financeiros. Dados coletados pelo PEI confirmam isso em relação a investidores em áreas de floresta. A pesquisa diz que, na década de 1990, parcerias estabelecidas entre empresas e ONGs de preservação para promover as plantações de árvores chegaram aos mercados de créditos de carbono, que foram os incentivadores dos novos investimentos em áreas de floresta criadas por meio do Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). As

emissões negociadas no mercado de carbono representam novas oportunidades de negócios para investidores em florestas que também veem com bons olhos a promoção de energia a partir de biomassa de madeira, por seu potencial de aumentar a demanda por madeira.

Com base em dados e pesquisas do grupo de informações financeiras PEI, pode-se confirmar que as plantações de árvores – às quais muitas comunidades resistem em função de seus impactos conhecidos sobre os ecossistemas, a biodiversidade, as fontes de água e os meios de subsistência – são um negócio rentável para quantidades cada vez maiores de investimento de capital. A diferença desse tipo de novos proprietários é que eles se tornam intangíveis para as comunidades locais afetadas que estão defendendo seus meios de sobrevivência em seus locais de moradia.

A dificuldade para se identificarem os proprietários de plantações de árvores a fim de enfrentá-los é um desafio que temos que superar trabalhando juntos.

(*) “Investing in Timberland”, agosto de 2010, PEI Media Ltd.

Início

POVOS EM AÇÃO

- O Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores no mundo

Em 21 de setembro, Dia Internacional de Luta contra as Plantações Monocultoras de Árvores, organizações, redes e movimentos em todo o mundo celebraram a campanha anual de resistência que continua a crescer a cada ano, exigindo o fim da expansão das plantações monocultoras de árvores, que ameaçam a soberania de nossos povos.

A seguir, algumas atividades que o WRM registrou.

Internacionais

*A Rede Latino-Americana de Mangues aderiu ao dia internacional lançando um banner que mostra a importância social e ecológica, bem como a diversidade, do ecossistema de mangue em relação aos impactos das plantações monocultoras de árvores. O banner pode ser acessado e baixado em:

http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21_set/2012/Guatemala.html.

*A Rede Latino-Americana contra as Monoculturas de Árvores divulgou uma declaração contra a expansão dessas monoculturas na América Latina, enfatizando o novo estímulo à expansão: a demanda por agrocombustíveis – incluindo óleo de dendê e madeira – por parte do Norte global. A declaração pode ser lida em Inglês http://www.wrm.org.uy/plantations/21_set/2012/RECOMA_Declaration.html e Espanhol http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21_set/2012/Declaracion_RECOMA.html

*Radio Mundo Real – A radio da Amigos da Terra Internacional lançou um vídeo curto chamado “Ocupação silenciosa”, onde se expõe o avanço das monoculturas

de árvores em diferentes partes do mundo. O vídeo também faz referência à resistência de várias comunidades. Assista em <http://vimeo.com/49907929>

* Global Forest Coalition, Biofuelwatch, Critical Information Collective e Global Justice Ecology Project alertaram contra planos da União Europeia e dos Estados Unidos para expandir a bioeconomia voltada a substituir combustíveis fósseis por biomassa oriunda de árvores. Isso implicaria a substituição das florestas restantes do mundo por monoculturas de árvores, das quais se espera que produzam mais biomassa do que as florestas.

Na África Do Sul

*Ativistas da GeaSphere se vestiram de “múmias” (usando papel-toalha) e distribuíram panfletos sobre os impactos das plantações de madeira com a mensagem “o consumo de papel é a MORTE das pastagens”. A GeaSphere também apresentou um abaixo-assinado ao Global Solidarity Forest Fund (GSFF), um fundo de investidores do Norte que adquiriu vastas extensões de terra em Moçambique para estabelecer plantações monocultoras de eucalipto para produção de madeira. O abaixo-assinado, lançado em 21 de setembro de 2011, coletou mais de 10.000 assinaturas e exige que o GSFF pare de investir em plantações monocultoras de árvores na África do Sul e apoie, em vez disso, pequenos empreendimentos diversificados que beneficiem populações locais e estimulem a economia local. Veja o abaixo-assinado em <http://www.thepetitionsite.com/1/stop-plantations-mozambique/>

*A Timberwatch Coalition lançou, em inglês, o relatório: “No dia 21 de setembro, o mundo deve conhecer os verdadeiros custos das plantações monocultoras de árvores”, que pode ser lido em <http://www.timberwatch.org/>

Na Libéria

*O Sustainable Development Institute lançou, em inglês, o relatório “Futuros incertos: os impactos da Sime Darby sobre comunidades na Libéria”, mostrando a situação enfrentada por comunidades que sofrem os impactos da expansão da plantação de dendê da empresa Sime Darby no oeste da Libéria, que ameaça os direitos de comunidades locais e sua segurança alimentar, colocando em risco seu bem-estar. O relatório pode ser baixado em http://www.wrm.org.uy/plantations/21_set/2012/Liberia.html

Na Malásia

A Associação dos Consumidores de Penang/Amigos da Terra Malásia deu uma entrevista coletiva denunciando o advento das grandes plantações monocultoras de árvores, na maioria para celulose e papel e dendê, em áreas de Sarawak anteriormente ocupadas por florestas, que são terras indígenas por direito consuetudinário. Uma carta aberta exige que o governo interrompa a expansão das plantações de árvores. Ver http://www.wrm.org.uy/plantations/21_set/2012/Malaysia.html

Na Indonésia

A organização CAPPa organizou em Jambi, Sumatra, uma coletiva à imprensa com jornalistas da Aliansi Jurnalis Independen/AJI (Independent Journalist Alliance) sobre o Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, resumido por Anti-monoculture Day, com a participação do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e Amigos da Terra Internacional, contextualizando o surgimento deste Dia de luta e sua importância para a realidade da Indonésia.

No Uruguai

*A Amigos da Terra Uruguai (FOE) e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) realizaram um evento público no qual a FOE/Uruguai apresentou uma nova pesquisa denunciando o papel das empresas de soja e silvicultura no processo de concentração de terras no Uruguai. O WRM apresentou um panorama da expansão das plantações monocultoras de árvores e os conflitos associados a elas no mundo, produzido em conjunto com o EJOLT, disponível em <http://www.wrm.org.uy/publications/ejolt.html>

*O grupo Guayubira publicou um nota à imprensa denunciando os impactos já resultantes das grandes plantações de árvores para suprir as fábricas de celulose do consórcio formado por Stora-Enso e Arauco, e pela finlandesa UPM. Também denuncia o recente plano da UPM para construir outra fábrica de celulose. Em espanhol em <http://www.guayubira.org.uy/2012/09/21-setiembre-dia-internacional-lucha-contra-monocultivos-arboles/>

Na Argentina

*A Amigos da Terra Argentina fez várias ações de base – oficinas, debates, vídeos – em diferentes províncias do país: Corrientes, Rosario e Buenos Aires.

No Chile

*O Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais (OLCA) divulgou uma declaração rejeitando o decreto 702 por ser uma continuação do decreto 701, pelo qual 50% dos 3 milhões de hectares plantados com pinus e eucaliptos que invadiram o sul do país foram subsidiados para geração de lucros privados. Em Espanhol em: http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21_set/2012/Chile.html

*O Mapuexpress, coletivo de povos indígenas mapuches, também divulgou uma declaração denunciando os impactos das plantações de árvores sobre as comunidades mapuches no sul do Chile. Em espanhol em: http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21_set/2012/Chile_2.html

No México

Durante uma semana de fóruns públicos abertos, paralelos a uma reunião governamental internacional para promover políticas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), grupos de comunidades, acadêmicos e organizações da sociedade civil se reuniram em San Cristóbal de las Casas, Chiapas. Eles analisaram a REDD+ que, entre muitas preocupações, considera as “monoculturas de dendê, pinhão-mansão e eucalipto equivalentes a

florestas ou matas para propósitos de absorção de emissões industriais de carbono; portanto, seu cultivo é incentivado em programas de REDD+. Condenamos veementemente essa abordagem, não apenas porque as plantações industriais de árvores são “desertos verdes” sem biodiversidade, mas também porque sua demanda de água e agrotóxicos causa graves problemas ambientais e de saúde. Os benefícios econômicos dos biocombustíveis e das plantações de celulose vão diretamente para os cofres das grandes multinacionais.” Veja: <http://reddedia.blogspot.mx/>

Na Colômbia

Um novo documentário, em espanhol, chamado “Plantações florestais, terra e a soberania alimentar no Cauca” foi feito pela Censat Agua Viva. O vídeo pode ser assistido em <http://www.youtube.com/watch?v=Pl4PjCZ6Rvk&feature=youtu.be>

No Brasil

*A FUNPAJ fez uma homenagem ao padre José Koopmans, importante ativista da luta contra as plantações de árvores no Brasil. Também lançou uma campanha contra as plantações de árvores e por um zoneamento econômico e ecológico participativo, com o slogan “Mudar o padrão de consumo é tarefa urgente”. Mais informações em: http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21_set/2012/Brasil.html

Alertas de ação

Foram organizados três alertas de ação sobre o ritmo alarmante da expansão das plantações de árvores: (1) no Gabão – contra o estabelecimento, pela empresa Olam, de Cingapura, de plantações monocultoras de árvores em 300.000 hectares de terra; (2) nas Filipinas – com os higaonons e camponeses no sul do país lutando contra a concentração de terras por parte da empresa A Brown Company, Inc (ABCI), para estabelecer uma plantação monocultora de dendê; e (3) no Brasil – com as organizações sociais denunciando a certificação dada pelo FSC à plantação monocultora de árvores da Fibria Celulose SA. Mais informações em http://www.wrm.org.uy/plantations/21_set/2012/action_alerts.html

[Início](#)

- Tailândia: Salvemos o Mekong – Parem a usina de Xayaburi!

Nos dias 15 e 16 de setembro, representantes de redes de comunidades do nordeste da Tailândia se reuniram em Bangkok para protestar contra a usina hidrelétrica de Xayaburi, cuja construção ocorre no Rio Mekong, no território do Laos, e que está em ritmo avançado.

As comunidades tailandesas, vivendo a jusante do local da represa proposta, junto ao Rio Mekong, reconhecem claramente que essa represa terá grandes impactos sobre seus meios de sustento, bem como sobre os de outras comunidades no Camboja e no Vietnã, onde as pessoas também dependem de forma intensa e direta do curso principal do Mekong. Um total de 65 milhões de pessoas depende desse rio para viver, a maioria por meio da pesca, agricultura praticada ao longo

das margens do rio e também de sua água doce para arroz e agricultura, principalmente na parte do delta que está dentro do Vietnã.

Segundo os representantes da rede de comunidades, a hidrelétrica aprofundaria os impactos negativos já sentidos das quatro usinas construídas no Alto Mekong, na China. Esses impactos incluem inundações mais frequentes e intensas, afetando o meio de vida das pessoas, principalmente sua pesca, ao mesmo tempo em que causam erosão e reduzem a área disponível para produção de alimentos, prejudicando a soberania alimentar e a renda das pessoas.

O governo tailandês está diretamente implicado nessa usina, já que ela está sendo construída por uma empresa tailandesa e o financiamento está vindo de quatro dos maiores bancos comerciais do país. Mais de 95% da energia deverá ser vendida na Tailândia. Além da hidrelétrica de Xayaburi, outras 11 represas estão planejadas na região do Baixo Mekong.

Os manifestantes exigiram uma reunião com o primeiro-ministro tailandês em público, para entregar pessoalmente um abaixo-assinado com cartões postais de milhares de pessoas, reivindicando a interrupção da construção da usina, mas ele se recusou a recebê-los. Mesmo assim, eles protestaram em frente à sede do governo durante toda uma manhã e depois deram uma entrevista coletiva, da qual participaram muitos veículos de imprensa nacionais e internacionais.

Para mais informações, acesse www.savethemkong.org

[Início](#)

- Brasil: 30 pessoas intoxicadas por avião pulverizador de agrotóxicos para plantações de eucalipto

A comunidade tradicional geraizeira do Assentamento Vale do Guará, município de Rio Pardo de Minas no Norte do estado de Minas Gerais denuncia que um avião pulverizador de agrotóxicos que passou aplicando veneno numa grande plantação de eucalipto atingiu a comunidade, intoxicando 30 pessoas entre crianças, jovens e adultos. Sofreram de náuseas, febre, vômitos e coceiras na pele. A aplicação por avião é cada vez mais comum no Brasil, o país no mundo que mais usa agrotóxicos.

A comunidade afirma que na região não há para quem denunciar o fato; se sentem injustiçadas e reclamam da impunidade. Queriam fazer uma denúncia no Conselho Municipal de Meio Ambiente, mas este Conselho tem a participação das empresas de eucalipto da região. As comunidades geraizeiras da região exigem uma imediata fiscalização da aplicação de agrotóxicos por parte das autoridades estaduais e federais e proteção para as comunidades.

As comunidades na região lutam há anos contra o eucalipto e sua expansão, e contra o eucalipto que, segunda elas, afetou muito negativamente sua vida, tomando as áreas de uso das comunidades e secando as fontes de água.

Baseado na informação da Rede de Comunicadores Populares do Semiárido

Mineiro. Veja informações sobre a campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida no Brasil na matéria completa disponível no blog da ASA Minas: <http://asaminas.blogspot.com.br/2012/08/agrotoxicos-em-monocultura-de-eucalipto.html>

[Início](#)

- Um filme de referência: Sementes de Liberdade

Sementes de Liberdade conta a história de sementes desde suas raízes no coração de sistemas agrícolas tradicionais, ricos em diversidade em todo o mundo, até a sua transformação em um material prima poderosa, usada para monopolizar o sistema alimentar global.

O filme destaca a forma como o sistema de agricultura industrial e sementes geneticamente modificadas, em particular tem tido um impacto na enorme agrobiodiversidade evoluída por agricultores e comunidades em todo o mundo, desde o início da agricultura.

Sementes de Liberdade visa contestar o mantra de que a agricultura em escala industrial, é o único meio pelo qual podemos alimentar o mundo, promovido pelo grupo pró-GM. Ao seguir a história da semente, torna-se claro como a agenda das empresas levou à aquisição das sementes, a fim de obter grandes lucros e controle sobre o sistema alimentar global.

Através de entrevistas com os principais especialistas internacionais, como Dr. Vandana Shiva e Hobbelink Henk, e através das vozes de vários agricultores na África, o filme ressalta como a perda de sementes indígenas anda de mãos dadas com a perda da biodiversidade e dos conhecimentos associados; a perda das tradições e práticas culturais; a perda de meios de subsistência; e a perda da soberania alimentar. A pressão está crescendo para substituir a cultura diversificada de sementes, nutricionais, localmente adaptadas e culturas resistentes, que têm sido cultivadas por pequenos agricultores há milhares de anos, por monoculturas de sementes geneticamente modificadas.

Junto com palestrantes de comunidades camponesas indígenas, o filme apresenta especialistas do mundo e os ativistas Dr. Vandana Shiva de Navdanya, Henk Hobbelink do GRÃO, Zac Goldsmith MP (Partido Conservador no Reino Unido), agricultor canadense Percy Schmeiser, Kumi Naidoo do Greenpeace Internacional, Mburu Gathuru da Rede de Biodiversidade Africana, Liz Hosken da Fundação Gaia e Caroline Lucas MP (Partido Verde do Reino Unido).

Este filme é co-produzido pela Fundação Gaia e Rede de Biodiversidade Africano. Em colaboração com GRAIN, Navdanya Internacional e MELCA Etiópia.

Pode ser acessado em: <http://seedsoffreedom.info/sementes-de-liberdade/>

